



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009159-42.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Lurdes Vieira Maia de Souza**
 Embargado: **Maria Nair Pereira Miranda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A embargante Lurdes Vieira Maia de Souza opôs os presentes embargos à execução que lhe promove a embargada Maria Nair Pereira Miranda, alegando: a) que o título executivo que aparelhou a execução não é líquido, certo e exigível; b) que os juros moratórios previstos no contrato de compra e venda são ilegais, uma vez que foram fixados em 2% ao mês, enquanto que deveriam ser de no máximo 1% ao mês; c) excesso de execução, não tendo a embargada deduzido a quantia de R\$ 2.300,00, conforme comprovantes de depósito. Assim, requer a procedência dos embargos para o fim de: (i) declarar nula a cláusula III, item 2, do contrato, que estabelece juros mensais de 2% ao mês, fixando-os em 1% ao mês, de forma simples e sem capitalização; (ii) declarar como correto o valor do débito a quantia de R\$ 29.326,66.

Os embargos não foram recebidos no efeito suspensivo (folhas 55).

A Embargada, em impugnação de folhas 59/63, requer a rejeição dos embargos, alegando: a) que o título executivo é líquido, certo e exigível, estando assinado pelas partes e por duas testemunhas; b) que os contratos firmados posteriormente à entrada em vigor do novo Código Civil não mais se pode falar em ilegalidade de taxas de juros pactuadas em percentual superior a 1% ao mês, sob pena de violação ao disposto no art. 1º do Decreto Lei nº. 22.626/33 c.c. art. 406 do Código Civil, que estabelecem como limite máximo a taxa de 2% ao mês; c) que segundo a Lei da Usura, é vedado estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal e, considerando que a taxa legal é ou a SELIC, ou a de 1%, deve-se observar estes parâmetros para não violar a Lei da Usura.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Réplica de folhas 70/72.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, II, do Código de Processo Civil.

(i) sustenta a embargante que o título executivo que aparelhou a execução não é líquido, certo e exigível. Todavia, o contrato encontra-se revestido das formalidades legais, tendo sido subscrito pelas partes contratantes e por duas testemunhas. Assim, nos termos do artigo 784, III, do Código de Processo Civil, o título executivo extrajudicial objeto da ação de execução é líquido, certo e exigível.

(ii) sustenta ainda a embargante que os juros moratórios previstos no contrato de compra e venda são ilegais, uma vez que foram fixados em 2% ao mês, enquanto que deveriam ser de no máximo 1% ao mês.

Todavia, não há qualquer nulidade a ser declarada, tendo em vista os princípios *pacta sunt servanda* e da boa-fé objetiva dos contratos.

Nesse sentido, dispõe o artigo 422 do Código Civil: "*Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé*".

O artigo 406 do Código Civil estabelece: "*quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional*".

Não obstante, as partes convencionaram os juros de mora em 2% ao mês, não valendo, portanto, a regra do artigo 406 do Código Civil.

Ademais, segundo o artigo 1º do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, estabelece: "*É vedado, e será punido nos termos desta lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal*".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim sendo, não há qualquer ilegalidade na incidência de juros de mora de 2% ao mês, conforme convencionado entre as partes (**confira folhas 21, cláusula III, item 2**). Entretanto, os juros não poderão ser capitalizados, devendo ser aplicados de forma simples.

(iii) Sustenta a embargante a ocorrência de excesso de execução, não tendo a embargada deduzido a quantia de R\$ 2.300,00, conforme comprovantes de depósito. A embargada, todavia, concorda com a exclusão de tal quantia, razão pela qual deverão ser expurgados do memorial de débito tais valores, bem como os demais que a embargante depositou nos presentes autos (**confira folhas 68/69**), embora não houvesse qualquer autorização judicial nesse sentido.

Diante do exposto, acolho, na parte mínima, o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à embargada que exclua do memorial de débito os pagamentos efetuados pela embargante no valor de R\$ 2.300,00, bem como os depósitos realizados nestes autos, aplicando-se os juros simples sobre o montante do débito. Sucumbente na maior parte, condeno a embargante no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir da distribuição e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

Prossiga-se nos autos da execução, com a apresentação de novo memorial, observando-se os termos deste julgado.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 29 de outubro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**